

A universidade desde o princípio
António Branco
Conferência *Pensar a Educação. Portugal 2015*
Fundação Calouste Gulbenkian, 21 de maio

Permitam-me que comece por agradecer à Comissão Executiva do Projeto *Pensar a Educação*, na pessoa da Professora Manuela Silva, o convite que me foi feito para intervir nesta sessão, desafio que tanto me honra e que, por isso, espero estar à altura de honrar, embora ciente da dificuldade desse objetivo. Quero também cumprimentar o Professor António Nóvoa, a quem, recentemente, a Universidade do Algarve outorgou o título de doutor *honoris causa* em Educação. Aproveito para reiterar a minha enorme admiração pessoal e académica pelo Professor António Nóvoa, com quem tanto aprendi a pensar sobre as questões da Educação.

Na mensagem de correio eletrónico que a Professora Manuela Silva teve a gentileza de me enviar, foi-me pedida (e passo a citar): «uma intervenção que não ultrapasse 30 minutos e que aponte conceitos e rumos para o futuro da educação no nosso País.» Creio estar em perfeitas condições de cumprir a primeira parte da encomenda, relativa à duração da intervenção; já o mesmo não garanto relativamente à segunda, que na mesma mensagem, a Professora Manuela Silva desenvolveu assim: «Desejamos uma conferência de enquadramento que, sem ignorar os problemas da situação presente, abra clareiras para futuro e motive os/as participantes para serem sujeitos activos da indispensável e urgente mudança de rumo.»

O que pode, então, uma pessoa como eu dizer, hoje e aqui, que responda satisfatoriamente a tão exigente demanda? Não sendo um especialista em Educação, no sentido próprio da qualificação em que o é o meu companheiro de mesa, só posso pensar e falar a partir do lugar onde tenho estado desde que comecei a dar aulas de Português na Escola Secundária n.º 2 dos Olivais, hoje Escola Secundária António Damásio, no ano de 1985: sou professor e, confesso-o despididamente, um professor apaixonado pela minha profissão, que continuo, de um modo assumidamente parcial, a considerar «a mais bela profissão do mundo». Talvez esta paixão tenha tido as suas raízes num outro lugar que ocupei, o de aluno, e que, graças aos extraordinários mestres que tive o privilégio de conhecer, também já tinha considerado, desde a infância, «a mais bela condição humana do mundo». E só no momento em que identifiquei essa relação biográfica do aluno apaixonado que fui na Escola e na Universidade com o professor apaixonado que ainda sou compreendi, pela primeira vez, com o grau de profundidade desejável, o elo intrínseco e necessário que existe entre ser aluno e ser professor, entre ser discípulo e ser mestre. Daí a ousadia da minha primeira conclusão: não é professor quem não se dispõe a ser um aluno para sempre. E por isso me centrarei, seguidamente, nos verbos «aprender» e «ensinar».

Etimologicamente, o verbo «aprender», do latim «*apprehendere*», significa «trazer o conhecimento para junto de si» - ou, se se preferir uma interpretação menos metafórica, «agarrar para [si]». «Aprender» é, assim, uma atividade que consiste em (tentar) agarrar o conhecimento. Por sua vez, o verbo «ensinar», do latim «*insignare*», quer dizer «colocar uma marca em [alguém]». Daqui advêm as duas primeiras exigências éticas e deontológicas do professor: em primeiro lugar, assumir que está na aula para

«colocar uma marca nos alunos»; em segundo lugar, compreender que essa missão obriga ao elevado grau de responsabilidade de quem se propõe intrometer-se no processo de formação de uma personalidade alheia. Quer isto dizer que, por um lado, me oponho frontalmente a qualquer conceção antissética da Educação que pretenda transformar o professor num mero técnico da transmissão de conhecimentos filosófica e ideologicamente neutralizados; e que, por outro, sou contra uma perspetiva educativa que se disponha a facilitar uma visão utilitária e consumista do conhecimento. O que acabei de afirmar permite-me entrar no tema desta intervenção: o da relação escolar com o conhecimento à luz da sociedade de consumo.

Vivemos na chamada «Sociedade da Informação», também designada «Sociedade do Conhecimento». Tal decorre, por um lado, do fenómeno económico e social a que se convencionou designar por «globalização» e, por outro, do vertiginoso desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação. Assim, nas sociedades em que os novos e poderosos meios tecnológicos são disponibilizados à população, nunca, como nos tempos atuais, os cidadãos tiveram acesso a uma quantidade e variedade tão grande de dados e de informação. Essa circunstância, em teoria, seria um fator de desenvolvimento da própria Democracia, já que o regime democrático assenta, essencialmente, na capacidade de os cidadãos poderem participar, de forma cada vez mais informada, nas decisões coletivas. Por isso, dizer que vivemos na Sociedade da Informação deveria também significar que os regimes que nos governam são cada vez mais democráticos e que os cidadãos se sentem cada vez mais capazes de participar nas escolhas respeitantes ao desígnio coletivo.

Paradoxalmente, contudo, nunca a nossa relação com a Informação e com o Conhecimento que ela é capaz de gerar foi tão difícil de administrar: é que essa Sociedade da Informação em que vivemos não se baseia num aumento da qualidade do conhecimento que temos ao nosso alcance, mas mais na quantidade e na multiplicação dos meios para chegarmos a ele. A velocidade a que os meios tecnológicos de difusão do conhecimento se desenvolveram não nos deu tempo para acautelarmos alguns aspetos essenciais, como o da hierarquização qualitativa da informação disponível. A *internet* é um bom exemplo do que acabo de dizer: o seu sistema de disponibilização de dados é totalmente horizontal, colocando ao mesmo nível informação falsa e rigorosa, rumor e facto, lenda e história. De facto, quando alguém abre um qualquer navegador para fazer uma pesquisa através de um motor de busca, os portais e as páginas sugeridos não distinguem um jornal *online* altamente credível de um blogue pessoal, uma página de *facebook* de uma página de enciclopédia, um dicionário de um almanaque, um artigo científico de um trabalho escolar realizado por um jovem de doze anos. Aliás, nos milhões de páginas pelas quais a *internet* nos permite navegar, é cada vez mais difícil diferenciar um texto original de um plágio, um texto antigo de um texto acabado de escrever, uma citação escrupulosa de uma referência feita sem respeito pelo original, uma fotografia de uma imagem truncada ou modificada, uma obra-prima de um produto menor, etc.

A verdade é que a *internet* e todos os outros meios de circulação da informação criaram a ilusão de vivermos numa Sociedade do Conhecimento – quando parece evidente que vivemos numa Sociedade da Informação, sim, mas que estamos muito longe de viver numa Sociedade do Conhecimento. Digo isto porque, para haver Conhecimento, têm de existir mecanismos de análise, crítica, sistematização e

hierarquização da informação. Ora, esses mecanismos adquirem-se sobretudo em contexto de educação formal, ou seja, na Escola e, ainda que por vezes pareça sê-lo, a *internet* não é uma escola – e também não é um arquivo profissionalmente estabelecido, uma biblioteca rigorosamente organizada, um museu criteriosamente preparado, uma enciclopédia cuidadosamente elaborada por especialistas. A *internet* é como um gigantesco hipermercado em cujas prateleiras se justapõe todo o tipo de produtos com a mais diversificada das origens e utilidades. E não foi por acaso que usei a metáfora do hipermercado: é que a suposta «Sociedade da Conhecimento» em que vivemos funciona exatamente como aquela grande superfície comercial em que somos convidados a consumir. Por isso, ela não está a produzir um cada vez mais elevado número de cidadãos mais conhecedores e mais informados, mas sobretudo um enorme batalhão de consumidores de informação atreitos a deixarem-se manipular e a manterem-se na doce ignorância que tudo confunde, que tudo iguala, que tudo adornece.

Aqui chegado, seria natural que eu defendesse que a *internet* é um mal. Mas não: porque não tenho dúvidas de que, bem usada, ela é um muito poderoso instrumento de emancipação e de aprofundamento dos valores mais preciosos da nossa civilização, nomeadamente o mais precioso de todos e que consiste no exercício do direito de participação de cada um de nós na construção de uma sociedade cada vez mais justa e menos alienada. Ou seja, as novas tecnologias podem e devem ser uma ferramenta da Educação Permanente, a mais poderosa de todas as que foram inventadas em todos os tempos, potenciando verdadeiramente uma maior participação democrática, abolindo fronteiras, universalizando patrimónios, diminuindo distâncias económicas, sociais, culturais, linguísticas. E é aqui que entra o papel cada vez mais importante da Escola.

A palavra «escola» deriva do latim «schola», por sua vez formada a partir do grego «skholé». Pierre Bourdieu recuperou para o conceito contemporâneo de «escola» o sentido primordial do termo grego, definindo «escola» como «tempo livre e libertado das urgências do mundo que torna possível uma relação livre e libertada dessas urgências e desse mundo» (1977. *Métidations pascalaniennes*, Paris, Seuil, p. 10). Numa sociedade em que a Escola está ligada a uma visão utilitária do conhecimento e em que estudar aparece exclusivamente associado à obtenção de vantagens profissionais, económicas e sociais, pode parecer um contrassenso recuperar o seu sentido original de «tempo de lazer ou de descanso». Na realidade, essa proposta de Bourdieu faz todo o sentido, porque é aquela que melhor nos ajuda a compreender a relação intrínseca entre Escola e Saber. E encarar a Escola como «tempo livre e libertado das urgências do mundo» é, na minha opinião, a melhor forma de fazer jus à almejada «Sociedade do Conhecimento».

Esta perspetiva é, em tudo, inconfundível com a chamada «escola de conteúdos». Aliás, numa sociedade dominada pelas novas tecnologias e pelos meios que ela põe à nossa disposição, o que não falta é o acesso a conteúdos. E se, há umas poucas décadas atrás, o acesso aos conteúdos do conhecimento humano estava, para muitos, exclusivamente confinado à Escola e às Bibliotecas, hoje já não é assim. Pelo contrário, na sua função de «transmissão de conteúdos», a Escola atual está em competição permanente com outros centros difusores de «conteúdos», nomeadamente, a *internet*. Paralelamente, creio que se foi desenvolvendo com o conhecimento uma relação muito semelhante àquela que a sociedade de consumo nos levou a estabelecer com os

produtos. Senão, vejamos: o que é, hoje, um consumidor? Alguém que gasta, mesmo que o faça para adquirir alguma coisa que não lhe é essencial. Aliás, a sobrevivência do capitalismo massificado depende disso: de cada consumidor decidir adquirir bens e serviços, mesmo quando eles não lhe são indispensáveis. Quer isto dizer que, para sobreviver e se desenvolver, a economia de mercado precisa de que uma parte das nossas decisões de compra seja acrítica ou movida por critérios alheios à constatação de uma necessidade fundamental. Um professor que entre na sala de aulas ignorando que é este o mundo em que os seus alunos estão submersos corre o risco de não se aperceber de que eles podem estar a construir com o Conhecimento uma relação da mesma natureza: ora curiosa, quando o «produto» apresenta alguma característica que lhes interessa; ora indiferente, quando o «produto» não lhes parece suficientemente apelativo; ora utilitária, quando o «produto» lhes parece trazer algum benefício direto; ora distante, quando não veem nenhuma vantagem imediata na aquisição do «produto»; ora excitados, quando o produto lhes parece «atual» e «moderno»; ora aborrecidos, quando o «produto» lhes parece velho.

Na realidade e ao contrário do que muitas vezes ouço dizer, creio que os alunos que frequentam a Escola de hoje são muito mais exigentes do que os do meu tempo. Mas o que exigem eles de nós, professores? O que é o mesmo que perguntar: num mundo altamente competitivo, que vantagem apresenta, ainda, a Escola relativamente a todas as outras fontes de obtenção de informação?

A primeira que me surge parece-me óbvia: a Escola é o único lugar onde os alunos podem estar em contacto permanente com profissionais que estudaram para os ajudar a hierarquizar, criticar e organizar toda a informação de que já dispõem e toda aquela que está à sua disposição. Deveríamos, assim, falar não de uma «escola de conteúdos», mas de uma «escola para as literacias», ou seja, de uma escola cuja finalidade primeira não fosse a de transmitir conteúdos canónicos espartilhados, mas a de ensinar, desde a mais tenra idade, uma atitude perante o conhecimento científico e humanístico. E por que motivo não me revejo na «escola de conteúdos»? Porque sinto que fui enganado na Escola que frequentei e não gostaria que os jovens de hoje continuassem a ser defraudados como eu fui. Explico.

Uma das coisas mais importantes que aprendi quando cheguei à Universidade foi a de que, afinal, não há nada mais instável do que o Conhecimento. Também me apercebi de que todos os conteúdos que tinha acumulado ao longo do Ensino Básico e Secundário só me seriam úteis enquanto ponto de partida – e nunca como ponto de chegada, como até aí tinha acreditado. Dir-me-ão que se trata de um percurso logicamente desenhado: até à Universidade, trata-se de adquirir; a Universidade é o lugar onde se aprende a pôr em causa, a pensar, a destruir e reconstruir o conhecimento que se tem. Nada mais falacioso nos tempos de hoje. Porque, quando fui criança e adolescente, eu vivia num mundo muito diferente do de hoje, um mundo onde não estava ao meu alcance a quantidade gigantesca de informação de que as crianças e os jovens de hoje dispõem. Esse era um mundo em que, a não ser graças a alguns professores extraordinariamente dotados que tive o privilégio de ter no Ensino Básico e Secundário, o Conhecimento ainda estava enclausurado numas torres de difícil acesso, era pouco discutível e apresentava uma face ilusoriamente estável. Pelo contrário, estou convencido de que hoje, por tudo o que já disse, as crianças e os jovens sabem, ainda que não o saibam verbalizar, que o Conhecimento humano é profundamente instável.

Insistir, ainda assim, numa «escola de conteúdos», numa «escola do produto», em vez de assumirmos coletivamente a coragem de construirmos, com as crianças e os jovens, uma escola mais autêntica, a «escola do processo de aprender», será teimar numa ilusão que em nada contribuirá para promover a curiosidade, para desenvolver a inteligência, para fomentar a criatividade da população estudantil, sendo a curiosidade, a inteligência e a criatividade os três pilares fundamentais da edificação de uma personalidade humana comprometida com o mundo, de cidadãos capazes de intervir ativamente na vida social.

Uma das queixas que mais habitualmente ouço na Universidade é a de que os alunos que lá chegam não adquiriram «conhecimentos básicos». Imagino que em cada nível de ensino, desde o 1º ano do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, existirão professores a queixarem-se do mesmo relativamente ao nível de ensino anterior. Suponho até que já existam educadores de infância a queixarem-se de que as crianças entram no pré-escolar sem terem adquirido «conhecimentos básicos» essenciais. O meu percurso profissional permite-me garantir que sempre ouvi essa queixa, tanto quando dei aulas no Terceiro Ciclo do Ensino Básico, como no Ensino Secundário, como em cursos de licenciatura, cursos de mestrado e, até, de doutoramento. E não conheço nenhuma geração que não se tenha queixado da maior ignorância das gerações seguintes. Não sei apreciar esse tipo de queixa, porque nunca me incomodou que um aluno não soubesse alguma coisa essencial para compreender o que lhe quero ensinar. O que me incomoda, sim, é uma atitude indiferente perante a possibilidade do conhecimento, porque só se pode ensinar alguma coisa a alguém que queira aprender connosco.

Por tudo o que disse, advogo uma ideia ao mesmo tempo antiga e nova, simultaneamente simples e complexa: a Universidade deveria começar muito mais cedo. O que quero eu dizer com isto? Que desde a mais tenra infância se deveria promover uma Escola que colocasse o aluno na posição de investigador, investigador de si, dos seus semelhantes, do mundo à sua volta, do mundo imaginado. Esse lugar é, do meu ponto de vista, muito mais compatível com o mundo em que vivemos e com os imensos meios de que todos dispomos, a começar pelos alunos, para acedermos a todo o tipo de informação. Porque o que transforma a informação em conhecimento é o processo que envolve o sujeito numa descoberta significativa e profunda que altera drasticamente a sua relação consigo próprio e com o mundo em que vive.

Mais do que insistirmos, de forma ingloria e teimosa, na velha e gasta ideia educativa da aquisição de conteúdos, deveríamos batalhar por um currículo que apostasse na aprendizagem integrada da atitude científica, porque é nesse procedimento que está o estímulo principal para se ir à procura de «conteúdos» que se desconhece e, mais importante ainda, que permaneçam depois de descobertos. E o que move a investigação é a capacidade humana de fazer perguntas cada vez mais complexas, cada vez mais iluminadas, cada vez mais exigentes.

Se a «exigência» de que tanto se fala hoje se deslocasse definitivamente do foco da aquisição de conteúdos para o domínio das atitudes perante o conhecimento, também a aula passaria a estar centrada em algo muito mais essencial, porque mais vital.

Dir-me-ão que se trata de um projeto utópico, que não apresenta nada de novo e que nem sequer temos os recursos que tal desígnio exigiria, porque seriam necessários

uma Escola organizada de outra forma, a começar pela sua arquitetura; um currículo desenhado com base noutros princípios; um sistema de avaliação muito distinto; uma formação de professores mais longa e realizada em moldes muito diferentes.

Por ter consciência dessa dificuldade e de que o pensamento dominante sobre a Educação não é autónomo do pensamento dominante sobre a nossa forma de organização social e económica, reconheço que a mudança dos paradigmas da Educação não é indissociável da mudança dos paradigmas que governam as outras dimensões da nossa vida.

Enquanto tal não acontece e na qualidade de professor que se quer manter feliz num sistema que parece querer dificultar-lhe a obtenção da sua felicidade e da felicidade dos seus alunos, uso para mim o lema da guerrilha timorense: «Resistir é vencer.» Assim farei, pelo menos enquanto houver um espaço da minha aula, por mais ínfimo que seja, em que ainda sou eu quem decide que relação de ensino e de aprendizagem quero manter com os alunos, que relação considero mais adequado promover entre os meus alunos e o Conhecimento. E nessa parte tão íntima da minha profissão só manda quem eu deixo que mande. Por isso, se for derrotado, terei sido derrotado por mim e pela minha desistência – o que é perfeitamente compreensível quando o contexto é muito adverso, mas não resolve problema nenhum.